THE LANGUAGE OF EVALUATION: APPRAISAL IN ENGLISH

*Paulo Roberto Gonçalves Segundo**

MARTIN, J. R. & WHITE, R. R. R. (2005) *The language of evaluation:* appraisal in English. New York/Hampshire: Palgrave Macmillan.

Publicada originalmente em 2005, a obra *The Language of evaluation:* appraisal in English, apresenta uma abordagem inovadora e abrangente acerca da avaliação na linguagem, com aplicações extremamente profícuas para os estudos discursivos e argumentativos, para a Lingüística Textual e para a Lingüística Sistêmico-Funcional aplicada ao discurso.

Trata-se de uma teoria que foca o interpessoal na linguagem, ou seja, o modo pelo qual os atores sociais se posicionam diante tanto do material lingüístico produzido quanto daqueles com quem se comunicam.

De inspiração nitidamente hallidayana, partindo de pressupostos sistêmico-funcionais, a abordagem da Valoração trata, principalmente, dos recursos lingüísticos relacionados ao poder e à solidariedade discursiva, subdivididos em três grandes categorias — a atitude, o engajamento e a gradação —, procurando descrever de que modo os recursos lingüísticos interpessoais funcionam e interagem no estabelecimento da identidade e da relação intersubjetiva entre os participantes de um evento comunicativo.

O texto organiza-se em cinco capítulos: uma introdução, dois capítulos teóricos — que envolvem as três categorias anteriormente mencionadas (atitude, engajamento e gradação) — e dois capítulos de análise textual.

Na Introdução, Martin e White apresentam a filiação da teoria aos pressupostos teóricos da Lingüística Sistêmico-Funcional, justificando-a, seguida de uma exposição detalhada acerca da função interpessoal da linguagem e o modo por meio do qual a teoria da Avaliação se insere nessa metafunção. Os capítulos seguintes tratarão da atitude, do engajamento e da gradação, de um ponto de vista teórico, seguidos de dois capítulos de aplicação prática dos recursos valorativos delineados anteriormente.

Como a valoração se constitui em um recurso lingüístico de configuração identitária e relacional, os autores apóiam sua teoria nos conceitos sócio-semióticos de poder e solidariedade, dentre os quais se destaca este último, que não tem recebido a ênfase devida nos estudos discursivos contemporâneos.

Para os autores, poder e solidariedade são elementos-chave da constituição interpessoal da linguagem: o primeiro, por estar relacionado à igualdade ou não de acesso à possibilidade de realizar escolhas, tomar decisões e comunicar-se; o segundo, por concernir tanto à disponibilidade maior ou menor de significados para troca numa interação quanto à maior ou menor explicitação desses significados, tendo em vista, por exemplo, o grau de conhecimento e intimidade verificado entre atores sociais que participam de uma prática discursiva.

Nesse sentido, trata-se de categorias sócio-semióticos relacionadas à construção da intimidade, da distância, do envolvimento, da identidade e da autoridade discursivas, realizadas, linguisticamente, por meio de recursos avaliativos. Assim, a atitude, o engajamento e a gradação podem ser concebidos como fenômenos lingüísticos que atualizam posicionamentos intersubjetivos dos atores sociais em interação.

A primeira — a *atitude* — abrange significados graduáveis por meio dos quais o falante/escritor avalia entidades, estados de coisas e acontecimentos negativa ou positivamente. É subdividida em *afeto* (reações afetivas diante de uma situação ou comportamento específico), *julgamento* (avaliações acerca da capacidade, normalidade, tenacidade, propriedade e veracidade dos comportamentos ou atitudes humanas e/ou institucionais) e *apreciação* (avaliações de caráter estético acerca de elementos concretos da realidade, como objetos, ou de risco e importância, no que tange a processos, eventos, entidades abstratas).

A *gradação* concerne ao modo pelo qual os falantes/escritores maximizam ou minimizam a força de suas asserções, tornando nítidas ou ofuscadas as categorizações semânticas com as quais operam. Subdivide-se em *força* e *foco***.**

O *engajamento,* por sua vez, constitui-se no componente por meio do qual a voz autoral se posiciona em relação a seu enunciado e aos enunciados potenciais de outros atores sociais envolvidos na interação. Como corolário, verifica-se que todo enunciado é visto como posicionado ou atitudinal. Trata-se de uma categoria calcada na noção de heteroglossia ou heterogeneidade constitutiva do círculo bakhtiniano, por meio da qual se objetiva descrever em que medida falantes/escritores reconhecem as afirmações anteriores às suas formulações e de que modo eles se engajam em relação a tais enunciados (em oposição, concordância, neutralidade, etc.).

Assim, trata-se de uma abordagem que buscar descrever e analisar: 1. o papel dos recursos lingüísticos no alinhamento de posições valorativas referenciadas por um texto em relação tanto à instância produtora e consumidora dos textos, quanto às comunidades de valores e crenças partilhadas socialmente; 2. a aplicação dessa negociação de alinhamento na construção do leitor ideal; e 3. as estratégias utilizadas pelos produtores dos enunciados para desenvolver ou evitar possíveis leituras resistentes, táticas ou complacentes.

Martin e White retomam o conceito clássico de leitor ideal, tomando-o, contudo, em uma perspectiva diferenciada. Tendo em vista distinguirem entre subjetividade individual e social, tomando esta última como as configurações específicas de gênero, geração, etnia, classe, dentre outras categorias sócio-discursivas relevantes (que podem, inclusive, configurar ideologias), os autores procuram provar que as avaliações de um texto produzido sempre estão em alguma relação com o leitor ideal construído por e naquele mesmo texto, tendo em vista as configurações sociais projetadas pelo produtor textual acerca dos consumidores desse texto.

Assim, uma leitura complacente assumiria as avaliações e posições da voz autoral; a leitura resistente as rejeitaria; enquanto a leitura tática consistiria no consumo parcial e interessado de um texto, aplicando-o a propósitos sociais distintos daqueles a que o discurso se destina. Desse modo, a construção do leitor ideal — complacente — constitui-se em uma das estratégias centrais de muitos textos produzidos no mundo contemporâneo, especialmente os opinativos e críticos, como colunas, artigos, e editoriais, tendo em vista que a autoridade da voz autoral e o processo persuasivo do texto dependem, em grande

medida, do comprometimento dos leitores ou ouvintes no que se refere não só aos argumentos dispostos, mas principalmente às avaliações realizadas.

Todavia, tanto maior será a autoridade e a persuasão, quanto maior o número de consumidores do texto que aderirem a seus posicionamentos. Nesse sentido, os autores destacam o papel de estratégias de engajamento como formas de expandir ou contrair o espaço dialógico do texto, de modo a rechaçar, permitir, assumir ou negar outras possibilidades de avaliação ou ação. Assim, a solidariedade discursiva passa a ser vista como a tolerância em relação a pontos de vista alternativos. É nesse ponto, por exemplo, que a Teoria da Avaliação dialoga estreitamente com a Análise Crítica do Discurso, em cujos objetivos centrais reside a preocupação com a desnaturalização dos significados que perpassam a sociedade e com a tolerância em relação aos discursos, estilos e ações das minorias, e que poderia apreender da proposta de Martin e White um arcabouço teórico-analítico estruturado para realizar análises interpessoais nesse âmbito.

Para tal empreitada, os autores apresentarão pontos de vista diferenciados e, de certo modo, inovadores para alguns fenômenos lingüísticos classicamente estudados, como a modalidade. Em seu ponto de vista, a modalidade é entendida como um recurso de engajamento que expande o dialogismo, tendo em vista que se projeta uma possível tensão ou polêmica concernente a um ponto de vista acerca de alguma ação ou avaliação no que se refere à comunidade de leitores. Agindo de tal maneira, a voz autoral estaria se alinhando a possíveis leitores resistentes a tais avaliações, reconhecendo a diversidade de pontos de vista, construindo sua autoridade pela via do diálogo e da argumentação, de modo a viabilizar a solidariedade discursiva.

Um outro exemplo é o tratamento dado às adjetivações. Entendidas como o recurso padrão — embora não único — da categoria da *atitude*, os adjetivos adquirem funcionalidade específica em cada cultura e texto, assumindo função de afeto, julgamento ou apreciação. Nesse sentido, determinados gêneros ou discursos[1], por exemplo, tendem a selecionar preferencialmente tipos específicos de adjetivos, ou mesmo, haver distribuição mais ou menos regular desses tipos em etapas distintas de um mesmo gênero. Os autores mostram, por exemplo, nos últimos capítulos, as diferenças entre o nível de atualização de recursos de atitude, principalmente no que se refere aos julgamentos, em diferentes gêneros jornalísticos.

Assim, a abordagem permite uma descrição de gêneros, discursos e estilos muito mais fina, tendo em vista que suas categorizações permitem um aprofundamento analítico das diversas categorias da função interpessoal, que está intensamente ligada tanto às configurações genéricas, tendo em vista o caráter relacional entre produtor e consumidor dos textos inerente aos gêneros discursivos, quanto à identidade da voz autoral, configurando seu estilo, e, por fim, às representações do produtor textual e de seu grupo, na medida em que, por meio de suas avaliações, posicionamentos, críticas, narrações e exortações, torna-se possível depreender suas ideologias.

Nesse sentido, trata-se de uma obra inovadora, cuja leitura requer conhecimentos, pelo menos, básicos de Lingüística Sistêmico-Funcional, e que permite avançar em diversos aspectos da análise lingüística voltada ao texto e ao discurso, no que concerne ao poder e à solidariedade discursiva.

Constitui-se ainda em obra pouco conhecida no Brasil, não possuindo tradução em língua portuguesa, e cujo arcabouço teórico poderia suscitar estudos específicos profícuos no âmbito discursivo e textual em língua portuguesa no que concerne à relação intersubjetiva entre os atores sociais em suas práticas discursivas.

[1] Entendidos, grosso modo, neste contexto, como representações sociais de um grupo determinado, que incluem crenças, valores, avaliações, posturas e ideologias.